

Senado exige informação que Zélia nega

Andrei Meireles

Para não ser julgada por crime de responsabilidade, a ministra Zélia Cardoso de Mello, da Economia, terá, a partir da próxima segunda-feira, um prazo de 24 horas para prestar ao Senado Federal todas as informações sobre os saques e as transferências de recursos superiores a 500 mil cruzados novos efetuados entre os dias 15 de fevereiro e 15 de março. O prazo foi fixado pelo presidente do Congresso Nacional, senador Nelson Carneiro, a partir da decisão tomada, ontem, pela Comissão de Justiça do Senado, considerando inconstitucional a recusa da ministra em prestar os esclarecimentos requeridos pelo senador Jamil Haddad (PSB-RJ).

Caso Zélia Cardoso não cumpra a exigência, o plenário do Senado deliberará na próxima semana se vai ou não processá-la. Em caso positivo, o julgamento será feito pelo Supremo Tribunal Federal. Ela pode, inclusive, ser obrigada a se afastar do Ministério.

Surpresa

A decisão da Comissão de Justiça do Senado surpreendeu o Governo, que manobrou, sem êxito, para impedir a votação por falta de quórum. Nove senadores votaram a favor do parecer do relator Jutahy Magalhães contra a ministra Zélia Cardoso (Fernando Henrique Cardoso, Chagas Rodrigues, Cid Sabóia de Carvalho, Márcio Lacerda, Aloísio Bezerra, Nabor Júnior, Maurício Correa, Francisco Rollemberg e o próprio Jutahy Magalhães), mas o quórum foi assegurado por dois parlamentares governistas — os senadores Meira Filho, que votou contra o parecer, e Olavo Pires, que se absteve. Os senadores João Castelo, Edison Lobão, Leite Chaves e Antônio Maia se retiraram da comissão.

Em seu relatório, Jutahy Magalhães registrou que a ministra Zélia optou por um parecer jurídico do Banco Central, bancando a sua decisão de não prestar as informações requeridas, em detrimento do entendimento da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, órgão do seu próprio Ministério. A assessoria jurídica do Banco Central sustentava que a ministra não poderia dar as informações que violavam o sigilo bancário sem a prévia aprovação do requerimento pelo plenário do Senado.

Na sessão, da tarde, do Senado,



Carlos Menandro

O líder José Ignácio falou e Zélia ficou exposta às exigências encaminhadas por Carneiro

vários senadores voltaram a debater o assunto com Nelson Carneiro, assegurando que a ministra Zélia Cardoso empenhou sua palavra de que forneceria todas as informações se a Comissão de Justiça do Senado assim o exigisse. O senador governista Gerson Camata, do Espírito Santo, observou que, com a transmissão dos dados, o senador Jamil Haddad ficaria responsável por seu sigilo. No ato, o senador oposicionista Chagas Rodrigues replicou, afirmando que em lugar nenhum do mundo o sigilo bancário pode ser utilizado para encobrir fraudes e irregularidades contra a economia do País. Nelson Carneiro novamente interveio, assegurando que Haddad será o único juiz da divulgação ou não das informações a serem prestadas pelo Governo.

A avaliação de senadores de oposição e do Governo é de que dificilmente o plenário do Senado rejeitaria o parecer da Comissão de Justiça, o que, em caso de uma eventual recusa da ministra em prestar as informações requeridas, resultaria em um processo contra ela no Supremo Tribunal Federal.